



CÚPULA DOS POVOS
E JUSTIÇA CLIMÁTICA:
AS SOLUÇÕES VÊM DOS
TERRITÓRIOS

BELÉM - PARÁ - BRASIL



Ficha técnica

Realização: FASE Amazônia

Parceria: Cúpula dos Povos

Apoio: HBS

Textos: Grazielle Azevedo, Yuri Rodrigues,
Pedro Martins, Sara Pereira

Fotos: Yuri Rodrigues e João Albuquerque

Revisão: Letícia Tura e Sara Pereira.

Diagramação/Ilustração: Dah Passos

COP

Conferência das Partes. As COP's do Clima são as Conferências das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

NDCs

Contribuições Nacionalmente Determinadas. São as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa e de enfrentamento dos impactos da crise climática que os países signatários do Acordo de Paris têm o compromisso de entregar à Convenção periodicamente. Elas são construídas voluntariamente.

Perdas e Danos

Danos inevitáveis e irreversíveis das mudanças climáticas nos territórios.

Acordo de Paris

Tratado internacional vinculado à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima firmado em 2015 por 195 países. Em 2025, os EUA, um dos países fundamentais ao enfrentamento à crise climática, saíram do Acordo.

Presidência da COP

Cargo de organizador e mediador da COP. Escolhido pelo Presidente do país sede da Conferência.

ONU

Organização das Nações Unidas.

UNFCCC

Sigla em inglês para Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

SBCE

Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Instituído em 2024 por meio da Lei nº 15.042.

Cúpula dos Povos

Mobilização global por justiça climática e bem-viver em processo autônomo que visa fortalecer as lutas sociais e ocorre em paralelo à COP30.

O QUE É A COP?

A Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é um espaço oficial da ONU para deliberações sobre metas e mecanismos globais de enfrentamento à crise climática. As COP's são reuniões formais que seguem procedimentos e regras pelos países que fazem parte da ONU. Seu objetivo é deliberar sobre novas regras, novos acordos e instrumentos que congreguem países em ações comuns. Outros acordos, tratados e convenções internacionais também realizam conferências das partes (COP), como a COP da Biodiversidade, cuja última sessão ocorreu em 2024 em Cali, na Colômbia, e a COP do Acordo de Escazú que trata da proteção de defensores e defensoras de Direitos Humanos. As COP's do Clima têm chamado atenção em razão do impacto global de suas deliberações, tal como ocorre com outras instâncias da ONU e outros fóruns internacionais, como o G20. A COP do clima é um espaço de embate entre os países também. As deliberações exigem muita discussão e por vezes nenhum acordo é consensuado. O poder econômico orienta a movimentação dos países que, para conseguirem sustentar uma posição, se reúnem em blocos. Apesar disso, a COP segue sendo um importante espaço de fortalecimento do multilateralismo na governança global climática.



COMO FUNCIONA UMA COP?

A COP funciona com uma programação organizada em reuniões de grupos de trabalho, reuniões fechadas entre negociadores, plenárias e sessões para a imprensa. Há uma pré-COP do Clima oficial em Bonn, na Alemanha, sede da ONU para a UNFCCC, onde os principais debates da sessão anual da COP do clima são organizados. É importante lembrar que os espaços abertos não são públicos. É preciso estar credenciado para circular nos espaços físicos onde ocorre a COP. Dentro do processo da UNFCCC, são três as categorias de participantes das reuniões e conferências: os representantes das Partes e dos Estados Observadores; representantes de organização de observadores; e a imprensa. O espaço da COP é organizado em zonas. A zona verde é aberta à sociedade civil onde são realizados eventos paralelos não-oficiais. Lá estão pavilhões de países, empresas, bancos, organismos da ONU, instituições de cooperação internacional e coalizões. Nesses pavilhões (stands), como em uma feira de exposição, são realizadas atividades paralelas com debates, palestras e apresentações. E a zona azul é o espaço onde são feitas as reuniões de grupos de trabalho e as sessões plenárias. Toda COP tem um país sede, como será o Brasil em 2025, e uma presidência, que neste ano será o embaixador André Corrêa do Lago. A sede e a presidência da COP influenciam bastante a realização de uma COP, mas não são os únicos determinantes para os encaminhamentos. Na COP 30 teremos o importante desafio de colocar os povos da Amazônia no centro dos debates oficiais que ocorrem apenas entre diplomatas.





TRANSIÇÃO ENERGETICA
COM PETRÓLEO
AMAZÔNIA

O QUE ESTARÁ EM JOGO NA COP 30?

Como vimos, a COP é um espaço decisivo onde são feitos acordos globais e nesse ano alguns temas ganharão maior destaque, como as florestas tropicais, através de um novo instrumento que o governo brasileiro vem propondo, denominado Fundo Florestas Tropicais (TFFF). A transição energética tende a ser um dos principais assuntos na COP. O que está em jogo é o modelo de transição energética. O que vem sendo construído pelos países com lobby de grandes empresas é uma transição energética que não substitui de fato um modelo de produção energética baseada em combustíveis fósseis (petróleo e gás) e ainda gera maior valorização para a mineração dos chamados metais essenciais para a transição energética baseada em outras formas de energia como a eólica. Será necessário evidenciar que a transição energética não pode significar a continuidade da exploração dos territórios e impactos negativos para a população. Mas, como demonstrar isso com a inaceitável insistência em explorar petróleo na foz do Amazonas? Essa é uma das principais contradições que o governo brasileiro vai ter de enfrentar. Além disso, outra pauta importante é o financiamento climático. Nas últimas COPs esse foi um dos temas mais difíceis e deverá continuar a ser nessa COP 30. O financiamento climático é um dos pontos fundamentais nos acordos globais e nesse momento precisamos que os países mais ricos e mais poluidores apor tem recursos a serem acessados pelos países do Sul Global, como Brasil e Congo, para iniciativas de enfrentamento à crise climática e para perdas e danos causados por eventos extremos.

ERGÉTICA
LEO NA
NIA?

OS 7 ERROS OU MAIS DA COP 30 DA FLORESTA

1 COP 30 é Luta por Direitos, não é só Show

Na oportunidade de aproveitar o momento que se aproxima da COP 30, em Belém do Pará, o Governo do Estado tem se articulado para tirar o foco sobre o que realmente está em disputa no campo das decisões políticas climáticas e tem feito isso por intermédio de parcerias com artistas renomados, a fim de transformar a capital do estado do Pará em um grande centro do entretenimento. O mundo e a região amazônica estão passando por processos de crise climática e injustiças ambientais, por esse e outros motivos a COP 30 deve ser um espaço de luta e garantia de direitos e não para camuflar a realidade, como tem sido realizada pelas narrativas do Governo do Estado do Pará.

2 Entre a floresta de verdade e os jardins artificiais

Por ironia do destino e para emplacar mais uma ideia “super inovadora”, o Governo do Estado do Pará escolheu distribuir 180 árvores artificiais ao invés de plantar árvores de verdade na cidade de Belém. O projeto faz parte das obras em preparação à COP 30 e foi inspirado em modelos implantados em Singapura. Não é uma novidade a prática colonial de importar referenciais de outras regiões e de outros países como soluções superiores às encontradas nos territórios amazônicos. O município de Belém já foi considerado uma das capitais do Brasil menos arborizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isso revela que a prática de implantar árvores artificiais no contexto de crise climática é uma política para inglês ver, uma falsa solução que distancia ainda mais as pessoas da natureza.



3 Desmatamento para Diplomata passar

Com a chegada cada vez mais próxima da COP 30, surge a corrida para entrega de uma nova rodovia de quatro faixas em Belém que pretende ligar áreas protegidas de floresta à capital paraense. A rodovia é uma obra do Governo do Estado do Pará intitulada “Liberdade”, mas a sua construção representa a destruição de área de proteção ambiental, derrubada de 68 hectares de floresta e interfere diretamente nos modos de vida da Comunidade Quilombola do Abacatal, território pertencente ao município de Ananindeua. O Governo do Estado do Pará insiste em dizer que a obra não tem relação com a COP 30, porém a sua entrega está prevista para de novembro de 2025, mês de realização da COP. Esse modo de operar não é novo e revela o legado a ser deixado pelo governo que é preparar a cidade para a maior conferência climática sem nenhuma responsabilidade com os impactos ambientais e com a população local.

4 Para Doca, passarela Para Vila da Barca, o esgoto

Em meio aos avanços das obras de infraestrutura e saneamento em preparação à COP 30 na cidade de Belém, surgem denúncias da Vila da Barca, uma das maiores comunidades de palafita da América Latina, que está recebendo os dejetos e os entulhos do sistema de esgotamento que visa atender à região da Nova Doca, área nobre da cidade de Belém. Essa realidade demonstra na prática o que é o Racismo Ambiental dirigido às comunidades periféricas, bem como escancara o que ficará para os territórios mais vulneráveis após a COP 30.



5 Valorização da cidade para quê e para quem?

Devido a grande repercussão de Belém como a capital que sediará a COP 30 por meio do grande investimento em publicidade pelo Governo do Estado do Pará, a demanda por hospedagem cresceu desproporcionalmente sem uma política adequada para controlar a explosão do mercado imobiliário. As consequências dessa valorização têm gerado o aumento exorbitante nos valores dos aluguéis que já alcançaram milhares de reais em menos de um mês. O aumento da especulação imobiliária, como consequência da COP 30, tem gerado violações do direito à moradia com a expulsão de inquilinos e alterações arbitrárias no plano diretor municipal de Belém. A promessa de transformação da cidade e o direito ao futuro com menos desigualdade para a população local, cede lugar às pressões do mercado que enxerga a COP 30 como um grande negócio, no qual vale tudo pelo lucro, sem que os governos (estadual e federal) tomem qualquer medida para frear a sanha do mercado. Enquanto isso, os moradores de Belém sofrem não apenas com o superfaturamento dos valores cobrados nos aluguéis, mas também com o encarecimento dos preços dos alimentos que são transformados em produtos gourmetizados dificultando o acesso da população a alimentos que são parte da sua cultura alimentar, como o açai.

6 Vale e Hydro como grandes patrocinadoras da COP 30

Vale e Hydro são duas grandes mineradoras que carregam em seus currículos um dos piores crimes ambientais que marcaram e continuam a marcar a história da Amazônia e do Brasil sem as responsabilizações necessárias pela justiça. O quadro de impunidade dessas empresas encontra na COP 30 a oportunidade de



investimentos, junto ao Governo do Estado do Pará que ignora o histórico de crimes contra as pessoas e seus territórios. Por trás do discurso verde e da sustentabilidade, esconde-se os verdadeiros interesses dessas empresas que se apoiam em continuar explorando a natureza como mercadoria altamente rentável.

7 Exploração de Petróleo para transição energética (in)justa na Amazônia

O Brasil busca se consolidar como protagonista no debate global por estar entre os países com compromissos climáticos ambiciosos, tendo a COP 30 como horizonte para alcançar esse objetivo. Um dos temas centrais nesse contexto é a chamada Transição Justa, que significa garantir a transformação das economias para modelos mais sustentáveis e com menor dependência de combustíveis fósseis, como a exploração de petróleo e gás. No entanto, na contramão desse compromisso, o governo brasileiro insiste em explorar petróleo na foz do rio Amazonas. Por que é importante contestar esse plano? Primeiro, porque ele representa um retrocesso nas metas climáticas, que têm na despetrolização e na descarbonização seus principais alvos. Além disso, a Amazônia é uma região de biodiversidade única, ainda pouco estudada quanto aos impactos que a exploração de petróleo pode causar, tanto do ponto de vista ambiental quanto na preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais que dependem da integridade do ecossistema para sua reprodução social. A transição energética justa só será possível com ações efetivas que avancem na despetrolização da economia. Por isso, a luta deve seguir firme para que nenhum novo poço de petróleo seja aberto, inclusive na Amazônia.



O QUE SÃO CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS (NDC'S)?

As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC's) são as metas para o enfrentamento à crise climática com as quais cada país se compromete. O Acordo de Paris estipulou uma nova forma de construção de acordos globais sobre clima, indicando que os países apresentem voluntariamente suas metas para o combate à crise climática. A ambição para cada meta apresentada também fica a critério do próprio país signatário. Neste ano de 2025 o Acordo de Paris completa 10 anos, o que impõe a revisão das metas estabelecidas. Assim, os países que assinaram o Acordo de Paris devem apresentar novas NDC's na COP 30.



CRISE C

QUAIS SÃO AS METAS APRESENTADAS PELO BRASIL? NOSSAS NOVAS NDCS SÃO AMBICIOSAS?

O Brasil realizou uma atualização de suas NDC's indicando os planos setoriais de mitigação e adaptação e a retomada do PPCDAM (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) e do PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado), entre outros. No entanto, a redução de combustíveis fósseis não é uma das fortes estratégias do país. E nos últimos anos, a presidência da República tem insistido na ampliação de poços de petróleo com a exploração da Foz do Rio Amazonas, o que vai na contramão da necessária despetrolização para a redução da emissão dos gases que provocam o aumento da temperatura do planeta. O Brasil indica a instituição de um Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases do Efeito Estufa (SBCE) em 2024 como uma etapa importante para o enfrentamento à crise climática. A aposta em iniciativas de mercado, ainda que regulado, reforça as falsas soluções climáticas. É deixar nas mãos das empresas que as ações ineficazes se expandam e aprofundem desigualdades sociais e raciais no país, seja no campo ou na cidade.

CLIMÁTICA



O QUE A SOCIEDADE CIVIL PODE FAZER?

Os movimentos sociais, organizações populares, pastorais, sindicatos, redes e fóruns podem se mobilizar para incidir coletivamente sobre o governo brasileiro a fim de que as metas apresentadas pelo país sejam efetivas ao enfrentamento da crise climática. Além disso, também é importante que na esfera municipal e estadual os governantes sejam cobrados sobre as demandas ambientais e de emergência climática que são da sua competência. Vereadores/vereadoras, prefeitos/prefeitas, deputados/deputadas, governadores/governadoras têm responsabilidades sobre pautas que dialogam com medidas concretas de enfrentamento à crise climática, como os planos (municipal e estadual) de adaptação às mudanças do clima, projetos de arborização, plano de enfrentamento às consequências dos eventos climáticos extremos, como a seca e a cheia, etc. Mas, a luta pela Justiça Climática não se dá apenas local, regional e nacionalmente. É preciso articular essas escalas com uma mobilização global dos movimentos sociais do mundo todo. Com a união dos povos de diversas partes do



planeta será possível pressionar os tomadores de decisão para que a COP 30 defina soluções reais e urgentes para o enfrentamento à crise climática. Nessa perspectiva, movimentos sociais do Brasil, da Pan-Amazônia, da América Latina e de outros continentes, estão construindo um processo de convergência para a realização da Cúpula dos Povos rumo à COP 30 como espaço autônomo, de incidência, articulação política, troca de saberes, denúncias, anúncios e proposições, onde vozes historicamente silenciadas se levantam para dizer que não somente um outro mundo é possível e necessário como também já é real em diversos territórios. Um mundo construído com base na justiça, na solidariedade entre os povos e na defesa inegociável da vida em todas as suas formas.



O QUE É A CÚPULA DOS POVOS?

A Cúpula dos Povos é uma articulação da sociedade civil brasileira, latinoamericana e de outras partes do mundo. Mais do que um evento, a Cúpula é um processo de mobilização por justiça climática e pelo Bem-viver a partir das lutas de movimentos sociais e dos territórios. A Cúpula dos Povos será realizada em Belém/Pa, de 12 a 16 de novembro de 2025, em paralelo à COP 30, em espaço autônomo e independente com protagonismo das organizações e movimentos populares. Serão cinco dias de intensa programação que incluirá debates, apresentações culturais, barqueata, marcha, feira de produtos e alimentos agroecológicos das comunidades. O objetivo é pressionar e convencer o governo brasileiro a liderar a proposição de metas mais ousadas para a redução da temperatura global e da promoção da justiça climática, incidindo junto aos negociadores dos demais países para que a COP 30 resulte em compromissos reais para o enfrentamento à crise climática, cujos efeitos já são sentidos em diversos territórios com a intensificação dos eventos climáticos extremos, a exemplo da seca severa na Amazônia e das enchentes no sul do Brasil.





CÚPULA DOS POVOS

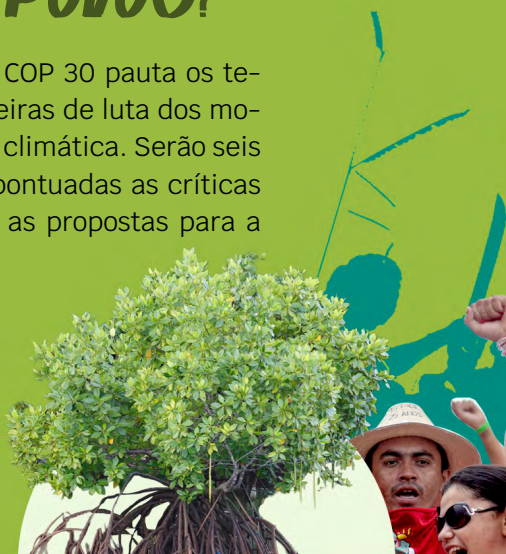
RUMO À COP30

QUEM COMPÕE A CÚPULA DOS POVOS?

Somos coletivos, povos indígenas, quilombolas, trabalhadores, juventudes, mulheres, homens, comunidades tradicionais, ambientalistas, LGBTQIAPN+, interreligiosos e outros movimentos sociais que atuam na defesa do meio ambiente, na luta por direitos e por justiça socioambiental, antipatriarcal, anticapitalista, anticolonialista e antirracista. Nos unimos para garantir um futuro de bem-viver e justiça climática. Já somos mais de 800 organizações, movimentos sociais e redes do Brasil, América Latina, África, Ásia, Europa e Estados Unidos, articulados na aliança dos povos em defesa da Amazônia e de todos os biomas que tornam o planeta habitável.

QUAIS AS TEMÁTICAS ABORDADAS PELA CÚPULA DOS POVOS?

A Cúpula dos Povos Rumo à COP 30 pauta os temas de convergência das bandeiras de luta dos movimentos sociais com a questão climática. Serão seis eixos temáticos em que serão pontuadas as críticas ao modelo adotado pela COP e as propostas para a construção de um projeto político de enfrentamento à crise climática que seja popular, justo e inclusivo.



EIXO I

TERRITÓRIOS E MARETÓRIOS VIVOS, SOBERANIA POPULAR E ALIMENTAR

- Visibilizar e fortalecer a luta em defesa dos territórios e dos direitos dos povos das águas, rios, mares, mangues, florestas, da cidade e do campo.
- Promover o reconhecimento territorial dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais e a efetivação da regularização fundiária, demarcação e titulação de terras.
- Exigir o reconhecimento do direito consuetudinário coletivo dos povos aos seus territórios, mares e mangues.
- Promover a Reforma Agrária Popular.
- Construir territórios agroecológicos para alcançar segurança e soberania alimentar e nutricional.
- Promover a diversidade cultural e as iniciativas de comunicação dos povos na perspectiva do Bem Viver.
- Promover o reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos e a proteção e conservação da biodiversidade.
- Promover as iniciativas de educação intercultural e ambiental com valorização da transmissão de saberes e da oralidade.

**REFORMA
AGRÁRIA
JÁ!**

EIXO 2

REPARAÇÃO HISTÓRICA, COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL, ÀS FALSAS SOLUÇÕES E AO PODER CORPORATIVO

- Enfrentar os grandes projetos do agronegócio, hidronegócio, mineração, pesca e aquicultura industrial, a privatização dos mares e os corredores logísticos que destroem os territórios e sua sociobiodiversidade.
- Enfrentar as Falsas Soluções à crise climática baseadas na financeirização da natureza, geoengenharias, bioeconomia, economia azul e outras soluções de mercado.
- Enfrentar a captura que as corporações e as falsas soluções climáticas fazem sobre as agendas, os corpos e trabalhos dos povos e, em especial, das mulheres.
- Promover o cancelamento da dívida financeira ilegítima dos países do Sul e o pagamento da dívida ecológica dos países do Norte
- Promover e aplicar as soluções dos povos, como a agroecologia e as tecnologias sociais, como medida de adaptação e mitigação para os territórios frente às mudanças climáticas.
- Combater a impunidade e responsabilizar corporações, agentes privados e públicos responsáveis pelos crimes ambientais e pelas consequências da crise ambiental, com obrigações de reparação.



- Transformar os mecanismos de Financiamento Climático em instrumentos de reparação e cooperação, entre países e povos, conectados a ampliação e fortalecimento de políticas públicas nacionais.
- Lutar para que os mecanismos e políticas de reparação e cooperação contemplem a assistência às vítimas dos eventos climáticos extremos.
- Promover políticas de memória, justiça e reparação para os povos historicamente mais afetados pelo racismo ambiental e a injustiça climática.
- Promover políticas de reparação e de geração de emprego e renda para os povos em territórios ocupados, migrantes e deslocados climáticos.
- Promover a proteção das defensoras e defensores dos Direitos Humanos e Socioambientais, e garantir ratificação e aplicação do Acordo de Escazú pelos Estados
- Enfrentar o poder das big techs, do capitalismo digital e da mídia corporativa sobre os povos e a natureza.



EIXO 3

TRANSIÇÃO JUSTA, POPULAR E INCLUSIVA

- Reconhecer o valor dos saberes e das práticas dos povos das águas, rios, mares, mangues, florestas, da cidade e do campo como os fundamentos da transição justa.
- Promover a inclusão da diversidade da classe trabalhadora, comunidades e territórios na definição da estratégia de Transição Justa, assegurando a participação de todas as trabalhadoras e trabalhadores: formais, informais, precários, não remunerados, do campo e da cidade.
- Promover políticas de proteção social e ampliação dos serviços públicos no âmbito da Transição Justa.
- Consolidar a democracia energética, os direitos das



comunidades e as iniciativas populares de geração de energia como elementos-chaves.

- Promover a transição nos modos de produção, reprodução, distribuição e consumo.
- Promover a transição energética justa e popular com diversificação de fontes, descentralização e distribuição equitativa.
- Incentivar a transição agroecológica nos modelos de produção, fortalecendo práticas tradicionais frente ao desmatamento, queimadas e à desertificação.
- Construir territórios livres dos empreendimentos do agronegócio, hidronegócio, mineração, petróleo, pesca e aquicultura industrial.
- Pôr fim à era dos combustíveis fósseis, com justiça ambiental, de acordo com os princípios da Transição Justa.
- Promover a transição no mundo do trabalho com garantia de direitos sociais e trabalhistas, através das negociações coletivas e com garantia de trabalho decente, combatendo a precarização das relações de trabalho e o trabalho análogo à escravidão.
- Fortalecer economias territoriais, populares e coletivas e combater as regras e processos que condenam os países do Sul Global à economia primário exportadora, como a dívida financeira ilegítima e os Tratados de Livre Comércio.



EIXO 4

CONTRA AS OPRESSÕES, PELA DEMOCRACIA E PELO INTERNACIONALISMO DOS POVOS

- Fortalecer a cooperação e o internacionalismo entre os povos por um projeto democrático, popular, feminista, anti-capitalista, anti-racista, anti-castas, anti-fascista, a favor da integração regional, pelas diversidades sexuais e de gênero e contra o imperialismo, a extrema direita e o colonialismo.
- Construir uma agenda unificada de mobilização social pela paz justa, pela justiça climática e pela democracia para além das COPs.
- Construir uma governança global democrática, popular e participativa, alternativa às estruturas multilaterais convencionais e corporativas.
- Promover o direito à livre circulação dos povos e combater a criminalização das pessoas migrantes.
- Mobilizar pelo fim das guerras, do apartheid, da colonização, e da militarização da vida.
- Combater todos os acordos de livre comércio que reforcem o domínio do Norte sob o Sul Global.



- Combater a extrema direita no mundo, traçando estratégias e lutas unificadas do local ao global.
- Promover políticas de reparação aos povos mais afetados pelas injustiças sociais e econômicas e pelo racismo ambiental.
- Promover a intergeracionalidade, diversidade, pluralidade e inserção das mulheres, juventudes, crianças e adolescentes nas tomadas de decisão.
- Defender as diversidades e os direitos da população LGBTQIAPN+.
- Promover e garantir a inclusão das pessoas com deficiências (PcD).
- Defender a laicidade do estado, combater a violência e o fundamentalismo religioso em suas diversas dimensões.



EIXO 5

CIDADES JUSTAS E PERIFERIAS URBANAS VIVAS

- Promover políticas de enfrentamento à crise climáticas nas grandes cidades com soluções alternativas no campo do abastecimento e consumo.
- Desenvolver e consolidar políticas de planejamento urbano, mobilidade e gestão de resíduos sólidos na perspectiva da justiça climática, levando em conta a perspectiva de garantia de equidade de gênero, raça, etnia no direito à cidade.
- Combater o racismo ambiental nas periferias urbanas.
- Promover e aplicar as soluções dos povos, como a agroecologia e as tecnologias sociais, como medida de adaptação frente às mudanças climáticas nas periferias urbanas.

**TURISMO
COMUNITÁRIO**

- Desenvolver e intensificar políticas de reciclagem de imóveis ociosos nos centros urbanos para moradia popular.
- Promover políticas públicas para a construção de habitações adaptadas aos diversos climas e às lógicas locais, devidamente integrada a modais de transporte e serviços.
- Democratizar o acesso ao saneamento, abastecimento de água potável e energia como direito universal dos povos e territórios.
- Descentralizar a geração e distribuição de energia, garantindo a soberania energética e valorizando soluções locais e populares.
- Expandir a cobertura vegetal das cidades em sinergia com as políticas urbanas e de adaptação baseadas no uso coletivo do espaço e no direito à cidade.
- Demandar políticas públicas para promover trabalho decente para a diversidade de trabalhadoras e trabalhadores, enfrentar a informalidade e a precarização do trabalho nas cidades.



EIXO 6

FEMINISMO POPULAR E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS

- Defender os direitos das mulheres e meninas e seu protagonismo nas lutas socioambientais.
- Construir e apoiar o feminismo popular, antirracista, anticolonial e pelas diversidades sexuais e de gênero, e as lutas das mulheres em sua diversidade de raça, etnia e territórios.



- Resistir frente ao avanço do militarismo e da dominação colonial sobre as mulheres que vivem nos territórios ocupados, sob apartheid e nas guerras.
- Fortalecer a construção da Economia Feminista frente às economias neoliberais.
- Construir políticas públicas direcionadas para as mulheres em relação aos impactos das mudanças climáticas, considerando que elas sofrem este impacto de forma diferenciada em seu trabalho e cotidiano.
- Promover as políticas de cuidados e acesso das mulheres às políticas de proteção social.
- Promover a participação social na formulação de políticas públicas para ampliar, qualificar e propor políticas públicas para as mulheres e meninas em sua diversidade.
- Resistir contra a criminalização das defensoras dos Corpos-Territórios.
- Reivindicar a inserção das práticas e saberes tradicionais e ancestrais das pessoas cuidadoras da saúde dos povos, como pajés, benzedeiras e parteiras nas políticas de saúde.
- Garantir e ampliar os direitos reprodutivos e direitos sexuais das mulheres e meninas no combate às violências de gênero.



COMO MOBILIZAR O TERRITÓRIO/COMUNIDADE/ ORGANIZAÇÃO PARA A CÚPULA DOS POVOS?

A participação na Cúpula dos Povos é aberta a todos os movimentos sociais que aderirem à Carta Política e assumirem o compromisso de construir coletivamente o processo Cúpula dos Povos. No site e nas redes sociais da Cúpula é possível acessar a Carta Política. Além disso, os movimentos sociais podem também compor os diversos Grupos de Trabalho e colocar a mão na massa nessa construção. Outro passo importante é Territorializar a Cúpula dos Povos, inserindo-a nas diversas agendas dos movimentos sociais nos territórios, debatendo os temas e incorporando pautas que dialoguem com a realidade vivenciada e a luta pela Justiça Climática. Não será possível que todas as pessoas cheguem à Belém para participar da Cúpula dos Povos em novembro. Mas, é importante e necessário que a Cúpula dos Povos chegue a todos os territórios pelas mãos dos movimentos e organizações que a integram desde agora. Da Amazônia para o mundo, contra o racismo ambiental e por Justiça Climática, venha fortalecer a Cúpula dos Povos rumo à COP30.



Cúpula dos Povos Rumo à COP30 - Carta Política

Movimentos sociais e populares, coalizões, coletivos, redes e organizações da sociedade civil do Brasil vem, desde agosto de 2023, construindo um processo de convergência entre organizações e movimentos de mulheres, sindicatos, indígenas, agricultores familiares e camponeses, quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, de povos tradicionais de matriz africana, negras e negros, juventudes, inter-religiosos, ambientalistas, trabalhadores, midiavistas, culturais, estudantes, de favelas e periferias, LGBTQIAPN+, de pessoas com deficiência, de direitos humanos, de defesa da infância, adolescência e intergeracional, das cidades, do campo, das florestas e das águas, rumo a realização da Cúpula dos Povos como espaço autônomo à COP 30 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), na Amazônia.

Nosso objetivo é fortalecer a construção popular e convergir pautas de unidade das agendas: socioambiental, antipatriarcal, anticolonialista, antirracista e de direitos, respeitando suas diversidades e especificidades, unidos por um futuro de bem-viver. No contexto atual, mais do que nunca, precisamos avançar em espaços coletivos que defendam a democracia e a solidariedade internacional, enfrentem a extrema direita, o fascismo, os fundamentalismos, as guerras, a financeirização da natureza e a crise do clima.

O clima extremo, as secas, as cheias, os deslizamentos de terras e as falsas soluções climáticas servem como instrumento de aprofundamento da desigualdade e das injustiças ambientais e climáticas, principalmente nos territórios, e atingem de forma cruel aqueles e aquelas que menos contribuíram para a crise climática, ecológica e civilizatória.

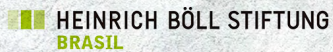
A insuficiência de medidas para conter tais crises é alarmante. Países e tomadores de decisão têm se omitido ou apresentado soluções absolutamente ineficientes colocando em risco a meta de 1,5º do Acordo de Paris, investimentos que alimentam as mudanças climáticas têm crescido nos últimos anos e políticas de proteção aos povos indígenas, populações tradicionais têm sido desmanteladas e suas lideranças, ameaçadas e assassinadas.

Soluções reais são urgentes e a sociedade civil de todo mundo deve ser protagonista em todos os espaços de debate desta agenda. A COP 30 precisa representar um ponto de virada neste cenário, e endereçar as ações necessárias para o enfrentamento da crise climática.

É preciso reaver o modelo econômico vigente e eliminar a produção e queima de combustíveis fósseis, responsável por mais de 75% das emissões que provocam o aquecimento global, bem como implementar políticas para o desmatamento zero. Urge acordos internacionais por uma transição energética justa, a começar pelos mais ricos, além da responsabilização dos impactos causados pelas corporações transnacionais do agronegócio, da mineração, do setor energético, imobiliário e de infraestrutura, que hoje significam ameaça às populações locais.

MOBILIZAÇÃO





ACOMPANHE AS
AÇÕES DA CÚPULA
DOS POVOS PELO
INSTAGRAM